

Fiúza fez emenda e depois usou verbas

Quando era relator da proposta orçamentária de 91/92, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) fez alterações de mérito depois que o projeto já tinha sido votado e aprovado pelo Congresso Nacional, disse o coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS). As 835 emendas que o deputado incluiu como relator e, meses depois, executou como ministro da Ação Social do governo Collor, significaram verbas no valor de US\$ 611 milhões do ministério.

As mexidas de Fiúza implicaram aumento de US\$ 20 bilhões no Orçamento de 92. Cerca de US\$ 7 bilhões se referem especificamente a emendas de autoria do próprio Fiúza. "Já temos indícios de que ele fraudou o Orçamento de 92, e por isso vou propor sua reconvocação pela CPI", anunciou Bisol.

Costa — O senador examinou uma relação de emendas do ministro da Integração Regional, Alexandre Costa. A subcomissão está investigando se existe vinculação entre o ministro, empreiteiras e verbas liberadas para obras.

O senador Bisol foi o único parlamentar que ontem trabalhou no Prodasen. As denúncias de que Fiúza teria alterado o Orçamento já tinham sido feitas, na época, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). As emendas beneficiavam o DNER e o próprio Ministério da Ação Social. Bisol confirmou que entre as emendas há algumas que foram enviadas a prefeitos que garantiram não ter recebido o dinheiro. "Estamos verificando como os ministros aplicaram o dinheiro das emendas e se houve desvios do Orçamento para o patrimônio pessoal de cada um", informou.

O senador anunciou que incluiu em seu relatório sugestão para permitir maior fiscalização da sociedade sobre a tramitação do Orçamento. Trata-se da criação do *Terminal da Cidadania*, que permitirá consultas ao Siafi, o sistema informatizado de controle das verbas da União.